

**DISCURSOS DE POSSE
DOS PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
A TÊNUE FRONTEIRA ENTRE OS DOMÍNIOS
DISCURSIVOS JURÍDICO E POLÍTICO**

Claudia Maria Gil Silva (UERJ e UBM)
cacaigil@bol.com.br

Existe uma relação profunda entre língua e sociedade. É a língua a mais preciosa fonte de contato do homem com o mundo, pois funciona como suporte da relação entre esse mesmo homem e a sociedade em que atua, seja em sua forma oral ou em seu código escrito.

Em decorrência, podemos afirmar que práticas discursivas sustentam práticas sociais e vice-versa, ou seja, a linguagem é tanto fazedora quanto receptora de processos discursivos, sociais e ideológicos e, portanto, é inegável a dependência entre discurso e sociedade, instituições sociais e linguagem.

Este trabalho propõe um olhar mais cuidadoso sobre textos que trazem as marcas de um poder institucional – os discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal – e que por incorporarem características textuais que permeiam tanto o domínio discursivo jurídico quanto o político, serão situados como pertencentes a ambos.

O binômio língua/sociedade é premissa fundamental para a realização do estudo da estrutura lingüística utilizada na redação desses discursos, uma vez que o comportamento da palavra nesse espaço discursivo constrói, combinado a outros recursos, a imagem do enunciador, a qual, por sua vez, espelha a imagem do poder que representa.

A partir do levantamento e análise das escolhas estilísticas e lexicais e da temática, à qual subjaz esses textos, observaremos como se efetiva o contrato de comunicação (Charaudeau & Maingueneau, 2006, p. 132): “conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação... É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

os definem como sujeitos desse ato (identidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias).” Se remete à idéia do ato jurídico – promessa feita por meio de acordo entre as partes, para cuja quebra há sanções previstas em lei –, à do político – lugar em que os parceiros da comunicação expressam a intencionalidade de cooperação, explícita de um lado e tácita de outro, ou a ambos, ratificando a ocorrência de um gênero que está na interface de dois domínios discursivos.

Partiremos do pressuposto teórico de que o texto (ou discurso) consiste na “ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de uma unidade sociocomunicativa, semântica e formal.” (Val, 1999, p. 3), o qual funcionará como suporte para a perspectiva de ser o texto o lugar onde os sujeitos interagem e assumem posições sociais; onde fazem suas escolhas semânticas, ideológicas, lingüísticas, lexicais, pondo-as sempre a serviço do modo como organizam seu discurso.

A relação homem / mundo / língua / sociedade encontra, pois, no texto, o seu alicerce, o lugar onde se manifestam as conexões internas e externas da língua, onde as questões sociais atuais de cada época se abrigam e onde a presença de uma determinada temática se instala; o espaço onde os recursos lingüísticos e estilísticos capazes de identificar cada enunciador como único, não-igual a qualquer outro se realizam, definindo o *ethos* enunciativo.

Dessa forma, por apresentarem características consideradas essenciais na composição de um gênero, tema, forma composicional (Bakhtin, 2000, p. 279) e função na comunicação (Oliveira, 2005) – e, de um modo geral, por determinarem uma prática sócio-comunicativa, iremos enfocar os discursos de posse como um gênero textual e, como subgênero deste, os discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, uma vez que apresentam particularidades regulares no uso de determinadas formas e construções enunciativas que sustentam a construção do *ethos* dos enunciadores discursivos e do poder que representam.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Situada no centro das relações humanas está a língua. Dialógica, por princípio, constrói e desconstrói significados sociais refletindo tanto uma situação material concreta como também o conjunto das condições de vida de uma comunidade linguística. É ela o instrumento de que se utiliza o homem, por meio de enunciados orais ou escritos (Bakhtin, 2000, p. 279), para definir-se como pessoa entre pessoas, como aquele que pode ser reconhecido e compreendido pelos textos que produz.

Possui recursos que, selecionados para a composição dos enunciados (estilo), adicionados à presença de um conteúdo temático (sempre adequado ao contrato de comunicação), de uma forma composicional e da função desses enunciados na comunicação compõem, como propõe Oliveira, os gêneros textuais ou gêneros discursivos, conforme Bakhtin – os quais refletem a esfera social onde são produzidos, originando, em função de propósitos comunicativos, uma variedade de outros gêneros e de alguns subgêneros textuais.

A multiplicidade de gêneros existentes em uma língua se dá em função das necessidades que emergem das inovações culturais, tecnológicas, por exemplo. Podemos perceber sua manifestação nas atividades comunicativas do dia-a-dia dos usuários dessa mesma língua, pela necessidade de se comunicarem em adequação a essas inovações, uma vez que a interferência delas na comunicação pode ocorrer de forma intensa. Da mesma forma, a efemeridade de um gênero também é prevista devido à velocidade com que as mesmas inovações ocorrem.

Os gêneros textuais se relacionam, portanto, com os tipos de interação que se estabelecem no *modus agendi* de um determinado indivíduo ou grupo, dentro de um contexto social que pode ser ou mantido, ou desconstruído, ou reconstruído, de acordo com as necessidades desses mesmos indivíduo e grupo. Por tudo isso, trataremos os discursos de posse como “...as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua.”, definição proposta por Bakhtin (2000, p. 285) para gênero discursivo.

Como subgênero desses discursos, situaremos os discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, pois apresentam

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

particularidades regulares nas construções enunciativas, as quais sustentam a construção do *ethos* dos enunciadores e também por constituírem o lugar onde o pessoal e o oficial ocupam espaços limítrofes, ora incorporando o caráter pessoal do locutor, ora decalcando o comportamento ou “corporalidade” (Maingueneau, 2001, p. 55) do enunciador no espaço social em que atua, evidenciando a adesão dos sujeitos às posições discursivas que assumem, caracterizando, dessa forma, um domínio discursivo.

RESTRIÇÕES E LIBERDADES

A palavra, desde o momento de sua formação, quando selecionados os elementos de sua estrutura interna até a relação formal que estabelece com outras, dá ao homem a liberdade de se pôr no mundo, de selecionar parceiros, de distinguir-se como único e, ao mesmo tempo, misturar-se a tantos outros.

Nesse movimento da palavra, a relação *homem / mundo / língua / sociedade* se instala e desencadeia os princípios de alteridade, de influência e de regulação, os quais, como fundadores do ato de linguagem (Charaudeau, 2006, p. 16), acionam as relações de força que se estabelecem entre os sujeitos, marcando a assimetria de papéis presente nas relações sociais.

Palavra e poder. Esse é o binômio com o qual iniciaremos nossas considerações sobre os discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal sob a perspectiva de constituírem um subgênero textual do gênero *discursos de posse*.

Para seja realizada a organização dos gêneros textuais, é necessário agrupá-los de acordo com os ramos da atividade humana a que pertencem, ou seja, aos domínios discursivos (Marcuschi, 2002, p. 23), uma vez que são nesses espaços que os gêneros e seus subgêneros se originam, agrupam, ampliam, modificam, acompanhando os movimentos sociais e históricos, os quais também renovam esses domínios.

Nessa perspectiva, enfocaremos os ramos das atividades humanas como produtores de determinadas práticas discursivas, as quais agrupam um conjunto de gêneros textuais que podem ser, às

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vezes, bastante específicos, como por exemplo, as práticas comunicativas pertencentes a determinadas instituições.

Fica, dessa forma, impossível dissociar a *situação de comunicação* dos *domínios discursivos*, uma vez que são os aspectos extratextuais que os caracterizam, ou seja, as situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas são as responsáveis pelas realizações discursivas nos textos.

A título de exemplo podemos citar os discursos jurídico e político como práticas comunicativas institucionais e, sob o ponto de vista dos domínios discursivos, afirmar que esses discursos constituem, cada um, um domínio diverso capaz de abrigar diferentes gêneros e subgêneros textuais, os quais são organizados em modos que visam a uma função específica na comunicação – “a função do narrativo é contar ou relatar; a do descritivo, descrever; a do argumentativo, argumentar, (...)” (Oliveira, 2003, p. 41) –, caracterizam-se pelas realizações linguísticas definidas por propriedades sócio-comunicativas, situam-se dentro de uma prática comunicativa, na qual exercem um papel social, respeitam as restrições e reconhecem as liberdades ligadas a um ato de linguagem, isto é, são regidos por um contrato de comunicação.

OS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UM SUBGÊNERO TEXTUAL

Como um subgênero dos discursos de posse, situaremos os dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, uma vez que apresentam particularidades regulares em suas construções enunciativas, as quais sustentam a construção do *ethos* dos enunciadores e do poder que representam.

Para este estudo, fizemos um recorte temporal, concentrando o *corpus* de análise em discursos associados a uma memória, a um contexto histórico, social, político, impregnados de uma carga semântica que marca a imagem de um Brasil que pode ser reconhecido no trinômio “*Vida – Morte – Vida*”, uma imagem contida na temporalidade “*Brasil, capital Brasília*”. Selecionamos fragmentos de dois discursos de posse de Presidentes do Supremo Tribunal Federal: o do

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada – primeiro presidente eleito e empossado em Brasília – e da Ministra Ellen Gracie – atual Presidente do Supremo Tribunal Federal e primeira mulher a ocupar esse cargo.

A construção do ethos: “O Escolhido”
Fragmentos do discurso de agradecimento do Presidente,
Ministro Lafayette Andrada
*como Presidente do Supremo Tribunal Federal*⁷

Senhores Ministros:

Quero, de início, renovar agradecimentos pela *honra insigne a mim conferida* por Vossas Excelências, *alçando-me ao mais elevado posto do Poder Judiciário do País.* (...)

O enunciador inaugura seu discurso dirigindo-se exclusivamente a seus pares e dá a eles o crédito e a total responsabilidade pela sua condução à Presidência do Supremo Tribunal Federal. Agradece por ter sido o escolhido entre tantos outros, para, a seguir, ele mesmo justificar a escolha: ele é o vocacionado, o que não se arrende, o que não muda sua crença, o que sabe a grandeza e a nobreza da “missão”, o que tem fé inabalável na supremacia do direito. Dentro desse quadro de interação, o “eu” implícito nas construções verbais, marca da pessoa restrita, auxilia o enunciador tanto na justificativa de sua escolha para o cargo, inscrevendo o ethos do **escolhido**, quanto no propósito de garantir a imagem de um enunciador **fiel** a seus princípios, pois **reafirma** os seus ideais, de sempre, que vão ao encontro dos ideais de Justiça, os quais teriam sido, até o momento da enunciação, o fio condutor de sua vida profissional, como também responsáveis pela posição que ora ocupa no contexto jurídico nacional.

⁷ No livro “Posses Presidenciais”, os discursos dos Presidentes empossados são apresentados sob o título “Discurso de Agradecimento”, pois são proferidos após os discursos de convidados (Presidente da OAB, Procurador-Geral da República, Ministro Presidente que passa o cargo, por exemplo).

**Fragmentos do discurso de Posse da Ministra Ellen Gracie
como Presidente do Supremo Tribunal Federal**

O apoio que essa presença significa reforça minha disposição de bem desempenhar a *honrosa tarefa de que me incumbiram meus pares. Digo, com Guimarães Rosa, que “sua alta opinião compõe minha valia*

O enunciador dirige-se exclusivamente a seus pares para agradecer a sua ascensão à Presidência daquele Poder. Traz para si a responsabilidade de ser, daquele momento em diante, a voz do Poder que assume, uma voz compartilhada com aqueles que o incumbiram de “honrosa tarefa”, aqueles que o **escolheram**, uma voz anunciada e já compartilhada antes: “Digo, *com Guimarães Rosa*, que ‘sua alta opinião compõe minha valia’”. A marca da intertextualidade em seu discurso inscreve uma voz independente, a voz autorizada de Rosa – pois ela diz **com** Rosa e não **como** Rosa –, a voz de um Brasil reconhecido num universo que vai além do Brasil, um Brasil diplomático, literário e regional.

OS DOMÍNIOS DISCURSIVOS

A situação de comunicação “posses presidenciais” exige do presidente empossado uma palavra àqueles que o elegeram. É, portanto, uma situação que se relaciona, de um modo geral, ao domínio discursivo político.

Nas posses dos Presidentes do Supremo tribunal Federal, a palavra proferida nos discursos é essencialmente política e a instância na qual ela se realiza também o é uma vez que esses Presidentes chegaram ao poder pela vontade de seus pares que, nessa circunstância não se encontra em contradição, pois conhecem as regras de funcionamento do Estado e reconhecem as condições de realização da ação política.

Já na posse do Presidente da República de um país, por exemplo, mesmo tendo chegado ao poder de forma democrática, ou seja, pela vontade cidadã, essa mesma vontade não conhece o funcionamento dos negócios do Estado, nem as condições de realização da ação política, o que coloca essa instância em contradição (Charraudeau, 2006, p. 18).

A presença dos discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal no domínio discursivo jurídico se dá pelo fato

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

de esses discursos apresentarem características que permeiam o discurso jurídico legal.

A variante padrão do português do Brasil é eleita como a representação do ideal lingüístico da comunidade jurídica. Pressupõe-se, portanto, que todo texto jurídico observe as conexões internas e externas da tessitura textual e que os elementos lingüísticos utilizados e seus efeitos de sentido tenham sido minuciosamente selecionados pelos produtores desses textos, uma vez que as práticas discursivas constroem a imagem dos enunciadores e esses refletem a imagem do Poder que representam, usando a linguagem como instrumento de poder, que marca as diferenças, que promove a manipulação de cidadãos que não a dominam.

À conta disso, vislumbrando a relação lingüística entre pessoas de pólos idênticos, já que os coenunciadores nos discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal são, da mesma forma que o Presidente empossado, magistrados, o domínio da palavra é fundamental para conferir credibilidade a seu discursos e para ratificar o merecimento pela conquista do poder.

O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Cada gênero textual está associado a um contrato de comunicação, ou seja, a um conjunto de “direitos” e “deveres” de quem produz o texto e de quem o interpreta. (Oliveira, 2005), cada característica de um gênero corresponde a uma cláusula.

Presentes nos discursos de posse, de um modo geral, como também no dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, os vocativos.

Ora obedecendo a um protocolo hierárquico na escala dos valores sociais, ora espelhando uma das imagens que o próprio Poder faz de si ao dirigir-se unicamente a seus pares, os vocativos funcionam como uma cláusula contratual nesses gênero e subgênero textuais.

***Fragmentos do discurso de Posse da Ministra Ellen Gracie
como Presidente do Supremo Tribunal Federal***

Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Aldo Rebelo,
Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Bar-
ros e Silva de Souza,
Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal,
Senhores Ministros Aposentados do Supremo Tribunal Federal,
Senhoras e Senhores Governadores de Estado,
Senhoras e Senhores Parlamentares,
Senhoras e Senhores Embaixadores,
Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores,
Senhores e Senhoras Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça,
Senhoras e Senhores Presidentes e representantes dos Tribunais de Jus-
tiça, Regionais Federais e do Trabalho,
Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do
Brasil, Dr. Roberto Busatto,
Senhoras e Senhores magistrados, procuradores e advogados,
Servidores do Supremo Tribunal Federal,
Meus familiares.
Meus amigos e amigas, tantos amigos, cujo comparecimento me traz
grande alegria, e que tornam insuficientes as dependências deste Plená-
rio,....

***Fragmentos do discurso de agradecimento do Presidente,
Ministro Lafayette Andrada
como Presidente do Supremo Tribunal Federal***

Senhores Ministros:

*Quero, de início, renovar agradecimentos pela honra insigne a
mim conferida por Vossas Excelências, alçando-me ao mais elevado
posto do Poder Judiciário do País. (...)*

Meus Senhores:

Escolhi a magistratura por vocação. (...)

Reiterar o compromisso assumido (em campanha) é outra característica dos discursos de posse presente também nos discursos dos Presidentes do STF, apesar de que no âmbito do STF as campanhas presidenciais se darem de forma silenciosa e os compromissos se manifestarem de forma tácita.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Fragmentos do discurso de Posse da Ministra Ellen Gracie como Presidente do Supremo Tribunal Federal

A meus colegas reitero a disposição de ser a porta-voz deste plenário e executora de suas decisões. Nada farei que não resulte da deliberação da maioria cujas prioridades serão também as minhas.

O enunciador traz para si a responsabilidade de ser a porta-voz do Poder que assume, um compromisso reiterado, contratado muito antes, tacitamente, quando assumiu a cadeira de Ministro da Casa.

CONCLUSÃO

O eu, o outro, o onde. A palavra, a seleção vocabular, o léxico, os sentidos.

A palavra existe para... o texto existe para... Ambos existem porque neles habita uma carga ideológica de natureza social que transita em toda e qualquer comunicação, por isso, existem para...

Compreendermos que a palavra transita num universo discursivo, cuja finalidade é constituir sentidos é necessário para que nos vejamos dentro de um ato de linguagem e possamos produzir discursos impregnados de uma carga semântica capaz de os entrelaçar a outros discursos e enunciadores, em tempos vários.

Compreendemos, também, que explorar os estudos da linguagem no plano do discurso é fundamental para confirmarmos as noções de gênero e o que pode ser considerado adequado ou inadequado nos diferentes gêneros textuais; estabelecermos critérios capazes de relacionar os discursos como um determinado gênero textual; identificarmos as ideologias discursivas presentes nesses discursos para relacioná-los a um domínio discursivo.

Nesse plano de estudo, também é possível observar como se dá o contrato de comunicação nos diferentes domínios discursivos e que no gênero textual discurso de posse e do subgênero discursos de posse dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, que analisamos, percebemos o quão tênue a linha que os separa e diferencia.

(...) o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comuni-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cante em função do estatuto e do papel que são atribuídos pela situação de comunicação. (...) o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. (Charaudeau, 2006, p. 115)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão; revisão da tradução Marina Appenzeller. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. (Le discours politique: les masques du pouvoir). Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

HENRIQUES, Claudio Cesar e Simões, Darcília Marindir P. (orgs.) *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análises de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez: 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Org. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-33.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Gêneros textuais e conceitos afins: questões teóricas*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *VII Fórum de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 2005.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e Textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.